



**Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE LAGOA – AÇORES, DE 30 DE ABRIL DE 2012**

**ATA Nº 03/2012**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência da Senhora Susana Goulart Costa, do Primeiro Secretário da Mesa Olga Maria Rodrigues Borges Soares e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A Senhora Presidente da Mesa, deu início à sessão, cumprimentando e desejando boas-vindas a todos os Membros da Assembleia, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Susana Goulart Costa; Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia, Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Leonel da Rosa da Silveira; Natália de Medeiros; Cláudia Maria Medeiros Galego; Jorge Alberto Barbosa Almeida; André Carvalho Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rodolfo Martins Marques da Silva; Rosa Maria Cabral Borges; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Paulo Jorge Cimbron Varão; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Anabela da Silva Calisto.

Não compareceram à sessão os membros: Gilberto Gouveia Branquinho e Albertina Maria Costa Oliveira.

Em representação do Executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte, que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Rui Manuel Maciel Costa D' Oliveira Ramos, Marco Paulo da Silva Teixeira, José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes e assistiram à sessão a Chefe de Gabinete, Dra. Odete Cabral, e a Chefe de Divisão de Administração Geral, Dra. Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão.

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que, atendendo que foi enviada cópia das atas aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite, por unanimidade.

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a ata da primeira sessão ordinária, do dia 2 de fevereiro de 2012 e ata da sessão extraordinária, do dia 14 de março de 2012, que foram aprovadas, por unanimidade, pelos vinte e quatro membros presentes no plenário.

Procedeu depois, a Senhora Presidente da Assembleia à exposição da correspondência recebida no período de 3 de fevereiro a 30 de abril de 2012, que se encontrou à disposição para consulta.

Pelo membro Gilberto Gouveia Branquinho foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 30 de abril de 2012.

A Mesa considerou justificada a falta.

A Presidente da Mesa cumprimentou e deu as boas vindas ao membro Paulo Varão, atendendo que se trata da primeira sessão que o mesmo assiste, na qualidade de Deputado Municipal.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

#### **ELEVAÇÃO DA VILA DA LAGOA À CATEGORIA DE CIDADE:**

A Presidente da Mesa referiu que, face à elevação da vila da Lagoa à categoria de cidade, gostaria de tecer alguns considerandos, dado que não podia deixar passar em branco esse ato, recordando dois momentos específicos da Assembleia Municipal.

A 18 de fevereiro de 2009, na sessão da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, em março de 2009 seria entregue na Assembleia Legislativa Regional dos Açores o projeto para elevação do concelho de Lagoa a cidade.

Na sessão seguinte, em abril de 2009, o senhor Engº João Ponte informou que o referido projeto já tinha dado entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, pelo que, gostaria em primeiro lugar de felicitar o Senhor Presidente da Câmara por todo esse esforço, que teve sucesso três anos após esses pedidos formais e congratular os membros da Assembleia Municipal, que no dia 2 de abril de 2009, apoiaram o projeto de candidatar a vila da Lagoa à categoria de cidade, sob a presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, ao qual gostaria de registar palavras de apreço, estando igualmente presentes os seguintes

membros: Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Gilberto Gouveia Branquinho, Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Eduino Manuel da Ponte Rego; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Nuno Filipe Medeiros Martins, André Carvalho Almeida, António Manuel Medeiros Varão, Rodolfo Martins Marques da Silva, Luís Miguel Cabral Rego Pires; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte; António Augusto da Ponte Borges, Durval Carlos Simas Faria, Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira. Os membros em causa votaram por unanimidade, o que deu maior forma à proposta enviada à Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Acrescentou ainda que compete, desde 1981, à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, dignificar e elevar as vilas à categoria de cidade com critérios que estão estabelecidos e que passou a enumerar: população não inferior a 7.000 habitantes, 60% da população ativa ligada aos setores secundário e terciário, um adequado desenvolvimento económico social, instalações sócio-culturais de relevo, instalações ligadas ao ensino e à saúde, adequadas vias de comunicação dotadas de indispensável saneamento básico e instituições de direito coletivo.

Face a todos estes critérios agrada-lhe que a Lagoa, desde o projeto de candidatura que ocorreu em 2009, reúna todos esses critérios estabelecidos na legislação publicada em 1981 e realmente alcançou esse mérito com a publicação da sua elevação a cidade no passado dia 11 de abril.

Felicitou o Senhor Presidente da Câmara Municipal e toda a sua equipa, pois entende que essa elevação não pode ser considerada apenas como um prémio por aquilo que se fez ao longo do tempo, esperando que a elevação da vila da Lagoa a cidade seja uma aposta no futuro.

Também manifestou a sua plena confiança nesta atual Assembleia Municipal, pois será com este órgão que iremos “viajar” como cidade no futuro, aproveitando para deixar uma mensagem de esperança, pois está certa que poderá contar com todos os que estão presentes nesta sessão, de modo a honrar a comunidade da Lagoa, agora como espaço urbano.

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal Roberto Oliveira que referiu que, em virtude de não o ter feito convenientemente na última sessão, gostaria de felicitar a membro Susana Goulart pela sua eleição a Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal e desejar as maiores felicidades no desempenho do novo cargo. Acrescentou que o seu voto foi nesse sentido, atendendo que reconhecia as suas capacidades e ainda porque viu na mesma uma coisa que os políticos por vezes têm alguma dificuldade em assumir, que é desligarem-se um pouco das suas obrigações políticas, pois se é militante do Partido Socialista, por vezes não parece.

Aproveitou a oportunidade para solicitar, dentro do possível, a sua colaboração em áreas como a da saúde, segurança, estado social e ambiente. Também gostaria que no futuro fossem promovidas visitas deste órgão autárquico pelo concelho, pelo menos uma vez por ano, uma vez que em conjunto poderão constatar alguma situação que não se deteta individualmente.

Também propôs que fosse revisto o regimento desta Assembleia Municipal, pois neste mandato nunca foi votado e entende que nunca será tarde para rever essa situação. Em resumo, solicitou à Presidente da Mesa que ajudasse os Deputados Municipais na elevação desta Assembleia Municipal. A título de exemplo, referiu o caso concreto que ocorreu no passado dia 25 de abril, na sessão solene que teve lugar no anfiteatro do Cine Teatro Lagoense, nomeadamente na primeira e segunda filas ficaram os membros da Câmara Municipal, enquanto que como membro da Assembleia Municipal coube-lhe a oitava fila, ou seja, entre os membros da Câmara Municipal e os membros da Assembleia Municipal houve seis filas de intervalo.

Com esse testemunho referiu que não quis dizer que ficou mal sentado, mas entende que seis filas de diferença não é reconhecer os membros desta Assembleia Municipal.

O membro Roberto Oliveira deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela elevação da vila da Lagoa a cidade, porque para o bem ou para o mal ficará na história o seu nome associado como grande obreiro desse feito. Pode-se concordar ou não, o futuro o dirá, a história ninguém a vai apagar.

Não pode no entanto deixar de registar que ficou dececionado com as comemorações que tiveram lugar aquando da elevação da Lagoa a cidade. Entende que não tiveram “pompa e circunstância” e julga que deverá haver ainda algum lagoense que não se apercebeu que a Lagoa já é cidade.

Admira-lhe que assim tenha sido, pois reconhece dinamismo e alguma inteligência no Engº João Ponte, em deixar passar assim um evento que para si é histórico. No dia 25 de abril não percebeu se a cerimónia que teve lugar era para comemorar o feriado municipal, ou se era pela elevação da vila da Lagoa a cidade, ou se era ainda para condecorar alguns cidadãos ilustres do concelho.

Poderão eventualmente dizer que ele é contra as festas, mas não é preciso gastar dinheiro para envolver toda a população, pois existem muitas formas de o fazer.

A par disso, referiu mais uma situação que lhe causou algum espanto, que foi a inauguração da Pousada da Juventude da Lagoa, pois um residente do lugar da Atalhada questionou-lhe o que é que o concelho ganhou com aquele espaço, pois de uma dia para o outro ficaram sem poder utilizar o campo de jogos da Atalhada, contrariamente ao que se passa nas outras freguesias do concelho, em que os campos de jogos estão ao dispor da população, dia e noite, podendo as crianças e jovens utilizar os referidos espaços sempre que o entendem.

Acrescentou que se trata de uma situação que o deixou verdadeiramente espantado, pois viu recentemente publicado na comunicação social que o Polidesportivo da Atalhada passou a escola de ténis.

De seguida usou da palavra o Deputado Municipal Paulo Jorge Borges que apresentou votos de boa noite a todos os presentes e referiu que a primeira questão que ia colocar já foi abordada pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira que era, atendendo ao facto desta Assembleia Municipal ter uma nova Presidente e uma nova Mesa, nunca será tarde demais para aprovar ou alterar o seu regimento. Nesse sentido, anunciou que o Grupo Parlamentar do PSD, na próxima sessão irá apresentar alterações a esse regimento, de forma a envolver toda a Assembleia Municipal. Gostaria de saber se os outros dois Partidos Políticos com assento neste órgão também têm interesse em estudar o documento e apresentar sugestões que entendam pertinentes, de forma a torná-lo mais abrangente e a evitar perdas de tempo na próxima sessão, aquando da discussão dos pontos possíveis de alterar.

A outra questão que gostaria de abordar prende-se com o teor das convocatórias, já alertou a antiga mesa e volta a alertar a nova mesa, que é necessário acrescentar na ordem de trabalhos um último ponto denominado de "Outros Assuntos". Sabe que se trata de uma mera formalidade, mas na sua opinião é importante que o mesmo passe a constar das convocatórias.

O Deputado Municipal Pedro Monteiro apresentou votos de boa noite a todos os presentes referindo que esta sessão é a primeira desta Assembleia Municipal, após a elevação da vila da Lagoa a cidade. Entende tratar-se de um momento histórico, que irá ficar registado em ata, de modo a que, passados alguns anos, os historiadores possam estudar e pesquisar como teve lugar a elevação da vila Lagoa a cidade.

Gostaria de propor como representante da Assembleia Municipal da cidade de Lagoa, votar um voto de pesar pelo falecimento do Euro-Deputado Miguel Portas, pois se o mesmo chegou onde chegou foi porque o povo acreditou nele. Entende que ficará bem nos anais da história a aprovação do referido voto de pesar.

Quanto ao programa comemorativo da elevação da vila da Lagoa à categoria de cidade manifestou que também ficou triste com o conteúdo do mesmo, pois no mínimo poderia ter havido uma "sardinhada" para alegrar o povo ou a promoção uma festa que envolvesse a população em geral. O referido programa comemorativo até tem ações interessantes mas não fazem o povo sentir o momento, que foi de facto histórico.

No seu entender tudo correu mal, pois não viu o povo alegrar-se pelo evento, viu foi o senhor Presidente da Câmara a informar que com o facto da Lagoa ser cidade, a Autarquia poderá candidatar-se a mais fundos comunitários, mas julga que isso não será bem verdade,

pois a Lagoa como vila também tinha acesso a esses fundos comunitários, o que é necessário é ter imaginação. Faltou criatividade e imaginação num momento que foi histórico para o concelho, no qual o senhor Presidente da Câmara apostou durante anos para que fosse o primeiro Presidente de Câmara da cidade da Lagoa.

Acrescentou ainda que não compareceu às cerimónias porque não as achou dignas, em sua opinião as mesmas deveriam ter tido lugar no dia 11 de abril, data em que se comemora o Feriado Municipal e, pelo que constatou pela comunicação social, compareceram os do costume e pouco mais.

De seguida a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, colocou à aprovação o voto de pesar pelo falecimento do Euro-Deputado Miguel Portas, o qual foi aprovado por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes.

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA ELEVAÇÃO DA VILA DA LAGOA A CIDADE:**

Pela Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi lido o voto de congratulação pela elevação da Lagoa a cidade apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, cujo teor abaixo se transcreve: "Passados cinco séculos, a Lagoa assume genuinamente uma forma singular de cultura, tradição e património, que remontam a 1427 e que se mantêm até aos nossos dias.

Foi graças à sua história, que a Lagoa, desde muito cedo se notabilizou pela sua singularidade e especificidades, que a levaram a ser elevada a vila e a sede do concelho a 11 de abril de 1522, por carta régia de D. João III, como forma de reconhecimento pela sua pujança política e económica.

Sede do concelho há 490 anos, a vila da Lagoa é constituída pelas freguesias de Santa Cruz e de Nossa Senhora do Rosário, apresentando uma área total de 14,26 km<sup>2</sup>, com uma população de 9.063 habitantes, sendo hoje reconhecida como um pólo de desenvolvimento, onde se concentram a indústria e o comércio, assumindo-se similarmente como uma das zonas habitacionais mais procuradas da atualidade.

É de salientar que a Lagoa cresceu por mérito próprio, desenvolvendo-se em diversas áreas, geradoras de atratividade e de melhores condições de vida, reunindo todos os requisitos legais, de acordo com o Decreto Regional n.º 6/81/A, de 23 de maio, para ser elevada à categoria de cidade, na convicção de que num futuro próximo se concretizarão projetos que darão continuidade ao seu desenvolvimento e pujança económica e social, sem esquecer o contributo decisivo de diversas individualidades lagoenses e dos autarcas que, nos últimos anos prestaram um valioso trabalho, em prol do crescimento sustentável e do progresso do concelho; para além de que dispõe, de um conjunto de instituições e movimentos

associativos, de interesse coletivo que têm desenvolvido um notável trabalho social, cultural e desportivo, fundamentais para o desenvolvimento do concelho;

Assim, no dia 22 de março a proposta de elevação da vila da Lagoa à categoria de cidade foi aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sendo publicada, no Diário da República do dia 11 de abril de 2012, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2012/A e assinalada pela autarquia, com sessão solene evocativa no dia 25 de abril.

Face ao exposto, proponho que a Assembleia Municipal se congratule pela elevação da vila de Lagoa à categoria de cidade, que, para orgulho dos lagoenses é a mais nova cidade do país e a sexta cidade dos Açores um meritório estatuto que reflete o reconhecimento do progresso desta vila, sendo por isso uma justa homenagem ao povo lagoense e um desafio que a Lagoa e os lagoenses saberão exemplarmente assumir.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com 3 abstenções dos membros Paulo Jorge Borges, Cláudia Galego e Francisco Vieira, dos vinte e quatro membros presentes:

**1º** Aprovar o voto de congratulação pela elevação da vila da Lagoa a cidade;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

#### **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu as boas noites a todos os presentes e referiu que, em relação à intervenção do Deputado Municipal Roberto Oliveira, agradeceu as palavras proferidas. Quanto à sessão solene do dia 25 de abril, não foi por desconsiderar a Assembleia Municipal ou os seus membros que estes ficaram na 8ª fila, teve a haver, unicamente, com o facto e, à semelhança de anos anteriores, de as filas imediatamente a seguir à primeira fila destinarem-se aos homenageados e aos seus familiares, pois temos que receber bem quem vem de fora, por outro lado, a Assembleia Municipal estava muito bem representada na 1ª fila pela sua Presidente.

A questão da “pompa e circunstância”, no seu entender não se coloca, pois foi uma sessão solene com muito nível e categoria, acrescentando que tem dúvidas que os outros municípios promovam sessões solenes evocativas de aniversário, como as que têm sido promovidas na Lagoa nos últimos anos, com o anfiteatro repleto de pessoas. De facto compareceram os do costume, mas muito mais. Esclareceu que a Autarquia tem promovido algumas atividades interessantes, mas nem sempre as pessoas comparecem conforme desejaria.

No que se refere à “sardinhada”, a Câmara Municipal já teve experiências deste âmbito, que se repetiram uma vez e foram para esquecer. De qualquer forma, o programa que foi distribuído é vasto e cobre uma série de áreas. Existem outros eventos que não constam do referido programa, ou porque não têm ainda data agendada, ou por se entender que não deveriam constar do mesmo, que são os tais festivais ou confraternizações do povo.

No seu entender foi um momento de grande dignidade, ao contrário do que aqui foi dito e que foi reconhecido, não só pelas pessoas que estavam presentes, como também pela comunicação social.

Os tempos atuais são outros e as pessoas em geral estão com dificuldades e não estão predispostas a grandes comemorações. Confessou que também não estava predisposto a fazer paradas ou outros eventos que poderiam eventualmente ter sido realizados, mas o momento que todos estamos a atravessar não é propício a tais eventos. Apenas iria dar azo a argumentos por parte de quem troça ou é contra a elevação da vila da Lagoa a cidade, então foi entendido fazer uma cerimónia com a dignidade que o momento merecia. Também foi entendimento não fazer tudo num só dia, temos ao longo do próximo ano um conjunto de atividades inseridas nesse momento comemorativo. Obviamente, e como já teve oportunidade de referir, reconhece que a Lagoa tem hoje um novo e agradável estatuto, mas o mais importante são as oportunidades que poderão vir em relação ao futuro.

Em relação ao Polidesportivo da Atalhada informou que, face à inauguração da Pousada da Juventude, entendeu-se que aquele espaço seria importante, não só para complementar a Pousada, mas acima de tudo para dar outro tipo de oportunidade à prática de desporto com melhores condições e também com determinadas regras. Face à realização de um investimento daquele nível, não poderíamos manter o espaço aberto nas anteriores condições, concretamente aberto dia e noite, sem qualquer controlo e sem qualquer tipo de pagamento. Se alguns particulares pretenderem organizar um torneio de futebol naquele espaço pagam um determinado valor, à hora. No caso de ser uma instituição desportiva com o intuito de praticar treinos e que assuma eventuais danos que possam ocorrer no piso sintético, durante a sua utilização, não pagam qualquer valor, pois temos o problema dos fumadores e das pastilhas elásticas. Há que haver outro tipo de controlo, uma vez que o mesmo não pode funcionar com o mesmo conceito que tinha anteriormente. Existem muitos atos de vandalismo, bem como, pessoas que só se sentem realizadas vandalizando espaços públicos. Infelizmente terá que ser assim, mas existe o Atalhada Futebol Clube, podendo os miúdos junto daquele Clube realizar a prática de desporto.

Registou que a preocupação manifestada pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira também é a sua, mas para já funcionará nestes moldes. Informou que irá verificar se durante algumas horas será possível ter alguém a controlar a segurança, de modo a permitir naquele período o livre acesso ao referido Polidesportivo.



Acrescentou ainda que a Câmara Municipal também se associa ao voto de pesar aprovado pelo falecimento do Euro-Deputado Miguel Portas.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges referiu que, sem querer estar a entrar em disputa de razões, gostaria apenas de deixar um esclarecimento, pois na resposta que o Senhor Presidente da Câmara prestou, deixou nas entrelinhas que quem se absteve se calhar não era muito favorável à elevação da Lagoa a cidade. Em primeiro lugar referiu que não gosta de ser mal interpretado e nem que aquilo que diz venha a ser deturpado, pois não seria a primeira vez, pois gosta de primar pela excelência. Os padrões pelos quais a Lagoa foi elevada a cidade estão devidamente clarificados e o nosso concelho cumpriu-os todos. Pode e tem o direito de achar que, se calhar não são suficientes, para termos no país cidades de excelência.

Em segundo lugar, o processo que levou a elevação da Lagoa a cidade não decorreu, na sua opinião, com a devida envolvência dos lagoenses, nomeadamente os das freguesias de Nossa Senhora do Rosário e Santa Cruz.

Também, e na sua opinião, o momento em que ocorreu, não foi o mais oportuno. Por tudo isso, não pode ser interpretado como sendo uma posição contrária à elevação da vila da Lagoa à categoria de cidade.

Acrescentou ainda que fez questão de dizer tudo isso, porque quem o conhece sabe que não gosta de andar, ora à direita, ora à esquerda, traça uma linha para a sua vida e para os seus princípios, cala-se muitas vezes porque as situações assim o exigem e como dita o lema da região que muita preza “antes morrer vivos que em paz sujeitos”.

Referiu novamente que o esclarecimento que prestou é para que não reste qualquer dúvida que a intervenção do Senhor Presidente possa ter suscitado em algum dos presentes, que se calhar não era o que o Senhor Presidente quis dizer, mas que poderá ter essa interpretação.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira esclareceu que evita meter-se em assuntos de gestão corrente da Câmara Municipal, como é o caso do Polidesportivo da Atalhada, mas por se tratar de crianças e pela forma como o assunto lhe foi transmitido, fez questão de abordar esse assunto.

Informou que se sentia satisfeito pelo facto do Senhor Presidente da Câmara ter registado a preocupação manifestada e ter prometido que, em princípio, haverá uma solução. Irá transmitir à pessoa que falou consigo que valeu a pena abordar o assunto nessa Assembleia Municipal e que, tanto a Câmara Municipal, como a Assembleia Municipal exerceram o seu desempenho.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que compreende e respeita as abstenções, mas que, atendendo ao adjetivo “excelência” que foi utilizado, julga que seria

extremamente louvável e saudável que toda a Assembleia Municipal pegasse nessa herança e daqui para a frente trabalhasse em prol dessa excelência. Confessa que ficou surpreendida com esses votos de abstenção, pois parece que existe um ponto de fronteira e, na sua opinião, toda a Assembleia Municipal deverá trabalhar em conjunto em nome dessa excelência.

O Deputado Municipal Pedro Monteiro acrescentou que excelência seria se os Deputados Municipais eleitos, os cidadãos da Lagoa, o PSD ou até mesmo ele que é independente, sentissem o momento e isso não se verificou, pois não houve, nem chama, nem brilho. É certo que vivemos em tempos de crise, então em sua opinião deveria ter-se aguardado por um tempo mais oportuno. Poderia ter havido uma “Lei travão” e daqui a três anos promover um evento com mais brilho, com fogo de artifício e com a referida “sardinhada”. Se por acaso a Câmara Municipal pretende mais para a frente promover algum evento nesse sentido, já não irá surtir qualquer efeito, porque a data já passou. Julga que se calhar os Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do PSD se abstiveram porque representam um pouco a vontade do povo.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges acrescentou que todos podemos contribuir para uma Lagoa melhor. Existem nesta Assembleia Municipal, três ideias diferentes para o concelho: as preconizadas pelo CDS-PP, PSD e PS, que são os três partidos com assento neste órgão. Quando se apresentaram às urnas, apresentaram-se com determinados princípios e modelos de excelência, de desenvolvimento e de opinião, pelo que não poderão, com o risco de trair quem votou neles por essas razões, chegar agora e em nome da unidade, da transversalidade e da pujança que uma Assembleia Municipal deve ter e ela só terá pujança se houver diversidade, não será necessariamente na unanimidade que existe essa pujança.

Continua a achar que valeu a pena no ano de 2009 terem apresentado o projeto que apresentaram. Existem zonas que se sobrepõem em termos de objetivo, mas existem outras que são completamente diferentes. Esclareceu que, o que disse foi que apenas o momento não foi o mais oportuno.

#### **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

#### **PONTO N.º 1 – ELEIÇÃO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

Sobre esse assunto, o Deputado Municipal Paulo Jorge Borges interveio, questionando a Mesa se existia algum Deputado Municipal que se tenha disponibilizado para exercer o referido cargo.

A Deputada Municipal Olga Soares informou que estava disponível para exercer o cargo de Primeiro Secretário da Mesa desta Assembleia Municipal.

Os Deputados Municipais Paulo Jorge Borges e Pedro Monteiro informaram que não estavam disponíveis para exercer o cargo, de acordo com o art.º 22.º do regimento desta Assembleia Municipal ainda em vigor.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou se, a par da Deputada Municipal Olga Soares, existia mais algum membro disponível para o exercício do referido cargo, não se tendo verificado mais ninguém disponível.

Procedeu-se à votação, por voto secreto, da eleição do Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa – Açores, resultando a seguinte votação: 20 votos a favor da membro Olga Maria Rodrigues Borges Soares, 1 voto a favor da membro Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro e 3 votos em branco, tendo sido eleita para Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia a membro Olga Maria Rodrigues Borges Soares, por maioria, dos 24 membros presentes.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu os parabéns à Deputada Municipal Olga Soares pela sua eleição para Primeiro Secretário e convidou-a a fazer parte da referida Mesa.

## **PONTO N.º 2 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Camarária, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## **PONTO N.º 3 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE 2011:**

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2011, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 13.558.652,84 (treze milhões quinhentos e cinquenta e oito mil seiscentos e cinquenta e dois euros e oitenta e quatro cêntimos) e de € 512.780,62 (quinhentos e doze mil setecentos e oitenta euros e sessenta e dois cêntimos) esta referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 329.054,59 (trezentos e vinte e nove mil cinquenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria,

perfaz a totalidade de € 14.400.488,05 (catorze milhões quatrocentos mil quatrocentos e oitenta e oito euros e cinco cêntimos).

A despesa efetuada durante o mesmo período foi no montante de € 13.490.716,82 (treze milhões quatrocentos e noventa mil setecentos e dezasseis euros e oitenta e dois cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 579.530,09 (quinhentos e setenta e nove mil quinhentos e trinta euros e nove cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 330.241,14 (trezentos e trinta mil duzentos e quarenta e um euros e catorze cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontrando-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção de 18 de agosto do Tribunal de Contas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que gostaria de tecer alguns considerandos, quer em complemento ao que consta do relatório, quer em relação às declarações de voto que foram apresentadas na reunião de câmara.

"O Relatório e Contas do Município de Lagoa referente ao ano de 2011 demonstra de forma objetiva e transparente o percurso que fizemos durante o ano transato e a situação económico-financeira em que nos encontramos.

O ano de 2011 foi caracterizado por uma forte recessão com impacto direto nas receitas da Autarquia. Para além dos cortes nas transferências do orçamento de estado, a receita arrecada ao nível dos impostos (provenientes essencialmente da atividade da construção civil) tornaram a ter uma quebra. Nos últimos 3 anos o município perdeu 3M€ de impostos e taxas.

As nossas receitas provenientes do Orçamento de Estado estão ao nível das receitas em 2004, quando sabemos que não temos nem poderíamos ter a mesma estrutura de custos.

Todo este quadro obrigou o município a cortar na despesa, o que foi feito com sucesso ao longo do ano transato, sem prejuízo de mantermos obras e ações essenciais para o bem estar dos lagoenses e para continuarmos a garantir a modernização e o desenvolvimento do concelho.

Privilegiamos a promoção da empregabilidade local, através dos programas PROSA e CTT's, afetando cerca de cem pessoas.

Um dos grandes objetivos para 2011 que foi atingido com sucesso foi a redução dos prazos de pagamento e das dívidas a fornecedores.

Apesar dos cortes na receita foi possível reduzir a dívida a fornecedores em 43,8% e a de Médio e Longo Prazo em 7,3%.

Reduzimos a despesa em relação a 2010 com pessoal, horas extraordinárias, ajudas de custo, aquisição de bens e serviços, gasóleo e comunicações, material de escritório, prémios

e condecorações, etc. Isto só foi possível com a colaboração e determinação dos funcionários municipais, facto que registo e agradeço, pois sempre souberam interpretar e adaptaram-se às orientações do executivo.

Por isso rejeito as afirmações constantes na declaração de voto dos Vereadores do PSD que "o executivo socialista não tem sabido gerir". Os resultados estão à vista e isto não é o resultado de "um homem só", mas sim de mais de duas dezenas de funcionários municipais que todos os dias dão o melhor que sabem e que podem.

É verdade que a taxa de execução de 71,3% atingida no corrente ano não impressiona a oposição do PSD, mas é, de facto uma taxa excelente para a situação complexa que as autarquias atravessam e para as condições em que os orçamentos são efetuados.

Se dúvidas existem em relação a estes valores, deve a oposição perguntar aos meus colegas autarcas do PSD se atingiram esta taxa e aos que não atingiram porque não terão conseguido visto que se trata "de uma mera gestão quotidiana", conforme refere a oposição.

É falso, conforme refere a oposição que quase todos os investimentos de capital, têm sido promovidos pelas Portas da Lagoa e pela Empresa Municipal de Lagoa. O exemplo do Campo Mestre José Leste é um bom exemplo da crítica incoerente da oposição do PSD. Antes de efetuarmos a obra, sempre criticaram por ainda não a termos feito, foi executada e continuam a criticar pelo modelo de financiamento.

De uma coisa podem estar descansados, seja de uma ou de outra forma é sempre o município que vai pagá-la, por isso se queriam a obra aqui a têm, mas não podem é vir agora criticar o modelo de financiamento, tanto mais que sabem que se assim não fosse a obra não era realizada.

Temos consciência das nossas responsabilidade futuras, dos investimentos que foram decididos há muitos anos quando as receitas cresciam de forma sustentada e em que não era previsível, na altura, a grave recessão que estamos a atravessar e a total insensibilidade dos últimos Governos da República para a importância do poder local, ao invés, sempre que podiam e podem reduzem as receitas e aumentam os custos através de legislação. Como já tive oportunidade de referir não há qualquer fatalidade em pagarmos durante trinta anos estes investimentos, a maioria deles reprodutíveis, caso do Tecnoparque e da Pousada da Juventude, tanto mais que o município está a pagar nesta altura empréstimos contraídos há quinze anos.

O facto de termos boas taxas de execução nas vendas de bens e serviços, entenda-se águas e resíduos, deve-se apenas ao facto de ser mais fácil prever as vendas em sede de orçamento e nada tem a ver com a subida de tarifas.

Devo recordar que desde há sete anos sempre atualizámos os nossos tarifários, tendo em vista aproximarmo-nos dos preços de venda a custos reais, tal como prevê a Lei das Finanças Locais.

Devo ainda recordar que a Senhora Ministra Assunção Cristas ainda recentemente avisou que o preço da água terá que subir, custe o que custar, pelo que aquilo que temos vindo a fazer foi a política corrente.

Não há nenhum político, nem nenhum economista de referência que fosse capaz de prever, há cinco ou sete anos atrás, a situação que se vive em Portugal, por isso não aceitamos qualquer crítica de responsabilidade, “de falta de rigor de precisão da crise económica” como refere a oposição do PSD.

Se dúvidas houver basta ler os relatórios do Banco de Portugal ou o OCDE nos anos em causa. Recusamos também as críticas de “falta de visão aos problemas graves que as famílias lagoenses já muito sentem, quando se lhes onera mais o seu custo de vida, pela via de taxas e impostos”. A oposição do PSD deve-se recordar que, ainda este ano, introduzimos alterações no tarifário de água para reduzir a fatura nas famílias com consumos elevados, existem neste momento isenções e reduções muito significativas para as taxas de construção, os empresários do concelho estão isentos de taxa de publicidade, os empresários do setor do turismo têm uma discriminação positiva no seu tarifário de água, temos as taxas de IMI mais baixas dos Açores, tendo já o Governo da mesma cor partidária da oposição fixado uma taxa mínima de IMI superior, os idosos portadores de cartão de idoso, bem como as famílias que residem na mesma habitação também usufruem de um regime especial de tarifas.

Fica assim provado que é falsa a crítica da oposição do PSD e na falta de bons argumentos para votarem contra as contas, criam-se cenários virtuais para sustentar o voto.

Temos a consciência tranquila de que temos feito o nosso melhor, face ao quadro de dificuldades que o poder local enfrenta, sendo que a grande parte destas dificuldades não são consequência da gestão dos autarcas, mas da falta de sensibilidade e de atenção dos últimos Governos da República para com o poder local.”

Em resumo, informou que era tudo o que tinha a dizer sobre essa matéria, atendendo que os documentos que foram disponibilizados são claros e transparentes.

O Deputado Municipal Vasco Garcia cumprimentou os membros presentes e informou que discorda frontalmente da interpretação que o senhor Presidente da Câmara deu quanto à previsão feita a nível nacional e até internacional sobre o caminho que as contas públicas tomaram desde a crise de 2008. Depois dessa crise, houve muita gente que alertou, só que “tocaram uma música para muita gente que não a queria dançar” e este é que foi verdadeiramente o problema. Reduzir esta questão a uma simples posição negativista do PSD não lhe parece correto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio e esclareceu que não foi isso que disse.

O Deputado Municipal Vasco Garcia pediu desculpa, pois se calhar interpretou mal as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Gostaria de chamar a atenção daquelas

peessoas, que leem, de vez em quando, os seus artigos da aula magna, é biólogo, já foi investigador e professor universitário durante quase quarenta anos, não tem nada de economista, mas como qualquer pessoa informada, percebeu perfeitamente qual o caminho que Portugal iria tomar. Tivemos uma Ministra das Finanças do PSD, a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite que alertou, veemente, os portugueses para o que estava a acontecer, só que como não era mediática, toda a gente achou que o que dizia eram “tolices”, infelizmente hoje constatamos que não eram.

Referiu que lhe parece que não será o caminho correto porque, quer do PS, quer do PSD existe a assunção de gravíssimas responsabilidades pela forma como as coisas estão atualmente.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que, se por acaso, estivesse só em causa a aprovação da prestação de contas do Município de Lagoa, o seu sentido de voto seria outro, mas, por acaso, nessa mesma sessão tomam conhecimento das contas da Empresa Municipal da Lagoa e das Portas da Lagoa.

Quanto às contas do Município constatou que a dívida a fornecedores baixou e é, de facto, um dado importante no plano atual. Mas quando se depara com o endividamento das empresas municipais, com obras executadas que nem estavam previstas no plano de atividades da Câmara municipal, obras que são executadas sem dinheiro e que só irão ser pagas em anos posteriores, o que demonstra uma “engenharia financeira” à qual não se quer aliar. Essa é a razão pela qual votará contra a aprovação das contas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à apreciação e votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2011 sido apreciados e votados, por maioria, com dezasseis votos a favor, oito votos contra dos membros Vasco Garcia, Leonel Silveira, Cláudia Galego, Paulo Jorge Borges, Francisco Vieira, Rosa Borges, Pedro Monteiro e Roberto Oliveira, dos vinte e quatro membros presentes, de acordo com o disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Verificou-se que os documentos em apreciação acusavam na receita de € 13.558.652,84 (treze milhões quinhentos e cinquenta e oito mil seiscentos e cinquenta e dois euros e oitenta e quatro cêntimos) e de despesa € 13.490.716,82 (treze milhões quatrocentos e noventa mil setecentos e dezasseis euros e oitenta e dois cêntimos), acusando um saldo de € 169.457,72 (cento e sessenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e setenta e dois cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 512.780,62 (quinhentos e doze mil setecentos e oitenta euros e sessenta e dois cêntimos) e com o saldo de € 227.532,89 (duzentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta e dois euros e oitenta e nove cêntimos) perfaz a quantia de € 740.313,51 (setecentos e quarenta mil trezentos e treze euros e cinquenta e um cêntimos), de saídas registou-se um montante de €

579.530,09 (quinhentos e setenta e nove mil quinhentos e trinta euros e nove cêntimos), apresentando um saldo de € 160.783,42 (cento e sessenta mil setecentos e oitenta e três euros e quarenta e dois cêntimos) e acusando a Conta de Documentos um saldo de € 41.051,78 (quarenta e um mil cinquenta e um euros e setenta e oito cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Atividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente apreciado, foi votado por maioria, com dezoito votos a favor, seis votos contra dos membros Vasco Garcia, Leonel Silveira, Cláudia Galego, Paulo Jorge Borges, Francisco Vieira, Pedro Monteiro, dos vinte e quatro membros presentes.

Na sequência do Relatório de Atividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2011, foi pela Câmara apresentada a seguinte proposta:

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do Património;
- b) Constituição ou Reforço de Reservas

Refere, ainda, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 365.014,28 (trezentos e sessenta e cinco mil catorze euros e vinte e oito cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: € 18.250,71

Reforço do Património: € 346.763,57.

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com dezassete votos a favor, seis votos contra dos membros Vasco Garcia, Leonel Silveira, Cláudia Galego, Paulo Jorge Borges, Francisco Vieira, Pedro Monteiro e uma abstenção do membro Roberto Oliveira, dos vinte e quatro membros presentes, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2011, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5º do Decreto - Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto - Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

**Saiu da sala o membro Paulo Jorge Borges, passando a estar vinte e três membros presentes.**



**PONTO N.º 4 – TOMAR CONHECIMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2011 – EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, EM:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foram presentes os seguintes documentos apresentados pela EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., referentes ao Exercício de 2011:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das alterações de Capital Próprio;
- Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Relatório do Conselho de Administração;
- Balancetes Gerais;
- Certificação Legal das Contas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que gostaria de deixar registadas duas ou três notas, para esclarecer algumas das questões que resultaram da reunião de câmara. Em relação à situação da Empresa Municipal referiu que, em boa hora, o município criou e delegou competências para esta.

Não sabe como se faria a gestão de equipamentos sociais afetos hoje à EML, como as zonas balneares, o Aquafit, os Pólos de Informática entre outros, com as limitações mais atuais na contratação de pessoal para atividades temporárias.

Neste momento os municípios estão impedidos de contratar pessoal, pois as prestações de serviços só podem ter lugar em casos excecionais, ou seja, a vida está muito complicada para os municípios. Hoje as empresas municipais neste aspeto dão uma facilidade em termos de contratação de pessoal e obviamente com a gestão destes equipamentos.

Sem prejuízo desta questão particular, considero que a EML tem prestado um serviço muito relevante, num contexto económico-social muito difícil, muito por força da competência do conselho de administração e do espírito de dedicação dos seus funcionários.

Ao contrário de muitas empresas municipais que existem por este país fora, a EML não é uma empresa virtual nem administrativa e cumpre um objetivo central, que se prende com a prestação de serviços públicos essenciais à população.

Por outro lado e contrariando o que diz a oposição do PSD, a EML não está totalmente dependente dos apoios prestados pela Câmara Municipal de Lagoa e, ao longo dos anos da sua existência, esta reduziu a dependência das suas transferências do município.

Só assim se explica que entre 2007 e 2011 as receitas próprias da EML tenham crescido 40%, ou seja 10% ao ano (passou de 200 mil euros para 280 mil euros).

Em relação ao modelo de financiamento é o modelo de sempre dos municípios, orçamento, despesa corrente assente em transferências e os investimentos com base em capital alheio a ser pago em anos futuros.

O importante é assegurar que o município tenha condições de cumprir com os seus compromissos futuros, visto que, de uma forma ou de outra, estes investimentos que estamos a promover para a melhoria da qualidade de vida dos lagoenses e ao mesmo tempo criar condições para que a Lagoa continue a crescer e a desenvolver-se, teriam que ser pagos pelos lagoenses, dentro de um princípio de responsabilidade intergeracional, quem usufruir dos equipamentos terá que contribuir com os seus impostos para a amortização do referido bem.

Também gostaria de deixar uma nota, não existem condições de, no futuro, o município aumentar o endividamento, por várias razões, mas quer para a Empresa Municipal de Lagoa, quer para as Portas da Lagoa, o aumento do endividamento que se verificou entre 2010 e 2011 deveu-se a duas razões, à construção pela Empresa Municipal da Pousada da Juventude, que era um equipamento que já tinha sido iniciado em anos anteriores e havia a necessidade de o concluir e de o por a render e à construção pelas Portas da Lagoa do Tecnoparque porque também era um empreendimento que tinha que ser concluído, pelo menos as infraestruturas.

As contas refletem quase a totalidade dos investimentos que faltavam fazer. É natural que durante esse período e, nessa medida, o endividamento tivesse aumentado. Quer uma obra, quer outra, foram executadas através de capital alheio. Os custos para o município resultantes de uma decisão destas teriam grande impacto imediato. Para além disso teríamos prejuízos, que não conseguiríamos calcular, que são os ganhos que não íamos ter no futuro, quer com uma, quer com outra infraestrutura.

Existem aspetos positivos e negativos que poderiam ser enumerados, quer a construção da Pousada da Juventude, quer a construção do Tecnoparque são empreendimentos importantes para o concelho e não fazia sentido, neste momento, suspender essas obras. Há que ter visão e confiança de que a situação se vai alterar e, daqui a dez anos, não estará arrependido da decisão que foi tomada.”

O Deputado Municipal Vasco Garcia referiu que não entendeu bem, quando o Senhor Presidente falou num aumento das receitas próprias da Empresa Municipal, pelo que gostaria de saber de quanto foi esse aumento.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que entre 2007 e 2011 o aumento foi de 40%.

O Deputado Municipal Vasco Garcia acrescentou que era uma boa situação e questionando, ainda, qual é o valor da dívida a fornecedores, quer da Câmara Municipal, quer da Empresa Municipal, uma vez que são entidades distintas.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a dívida a fornecedores da Câmara Municipal é a 31-12-2011 de 1.302.128,00€ e a 31-12-2010 de 2.528.000,00€, o que demonstra um grande esforço. Quanto à Empresa Municipal a dívida a fornecedores é residual e no ano de 2010 era de 126.000,00€ e em 2011 de 56.000,00€

O Deputado Municipal Vasco Garcia referiu que sendo a dívida total aproximada da ordem de 1.300.000,00€, significa que, em relação à dotação, estamos a falar de uma percentagem de dívida na ordem dos 6%. Quanto à empresa Municipal é um valor pequeno o que dará uma percentagem muito menor do que a dívida camarária, andarà por um valor residual. O motivo pelo qual colocou a presente questão prende-se com o facto de ter lido na imprensa que em relação a outras Câmaras Municipais os valores de endividamento relativamente às dotações rondam os 0,5% a 1% e são consideradas "contas de fugir", pelo que se essas percentagens são consideradas "contas de fugir", questionou então que 6% são o quê?

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que essa informação não corresponde à realidade, com toda a estima e consideração que tem pelo Deputado Municipal Vasco Garcia, julga que deve haver nessa percentagem uma vírgula mal posicionada, pois não conhece nenhuma autarquia com esses valores e possui o valor de todas elas.

O Deputado Municipal Vasco Garcia informou que tem um artigo que foi publicado na comunicação social, redigido pelo Deputado Regional do PS – José Sanbento, onde se pode ler que, na Câmara Municipal de Ponta Delgada as dívidas a fornecedores são de 3,3 milhões de euros, sendo o orçamento de 60 milhões de euros, será fácil fazer as contas,

O Senhor Presidente informou que não gosta de falar nos números dos colegas autarcas, por uma questão de princípio e respeito e também não irá discutir esses números. Julga que o Deputado Municipal Vasco Garcia trouxe esses números para ser simpático com a Câmara Municipal de Ponta Delgada e atacar a Câmara Municipal da Lagoa.

O Deputado Municipal Vasco Garcia esclareceu que não foi para atacar ninguém, foi apenas para demonstrar que aquilo que pode parecer como sendo um endividamento menor não o é. O Senhor Presidente referiu que não teceu considerações acerca de um endividamento muito ou pouco elevado, o que referiu foi apenas o esforço da autarquia em reduzir a sua dívida a fornecedores em quase 50% e isso terá que ficar efetivamente registado.

O Deputado Municipal Vasco Garcia informou que reconhecia esse esforço, mas a indicação que aqui deixou é importante para termos uma espécie de referência para o futuro.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que tem conhecimento que muitos fornecedores da nossa praça só emitem as faturas quando as Autarquias autorizam essa emissão, o que só se verifica quando as mesmas têm verba disponível para efetuar o respetivo pagamento. Na

nossa Autarquia não temos essa prática e a referida atitude serve apenas para registar valores com indicadores baixos. Por respeito aos seus colegas autarcas não vai mencionar nomes, mas a manipulação de números é muito fácil e garantiu que os nossos números não são manipulados.

O Deputado Municipal Vasco Garcia acrescentou que se existe alguém que manipulou números não foi certamente ele, pois só deu conhecimento de uma notícia que veio publicada no Jornal “Açoriano Oriental” e é importante que esta Assembleia Municipal perceba qual o nível da gravidade do seu endividamento. Não considera grave, o que lhe surpreende é que haja gente que considere um endividamento que é cerca de seis vezes menor que o endividamento da nossa autarquia, como uma coisa grave.

O Senhor Presidente referiu que se o Deputado Municipal Vasco Garcia lhe tivesse perguntado se considerava grave uma dívida, de 0,5% a 1%, responderia que não seria grave, tomara que todas as autarquias tivessem as suas contas com esse nível de endividamento real. A Câmara Municipal de Lagoa obviamente desejaria ter valores mais baixos, mas não foi possível, o que importa salientar é o esforço que tem sido feito e a trajetória traçada, que na sua perspetiva é mais acertada.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PONTO N.º 5 – TOMAR CONHECIMENTO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2011 – PORTAS DA LAGOA, S.A.:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foram apresentados o Relatório e Contas de 2011 da Sociedade Anónima, Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A., acompanhado dos respetivos anexos e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, passou a ler o seguinte documento, de modo a ficar registado nos anais da história:

“Por deliberação da Câmara Municipal de Lagoa de 11 de abril de 2007, foi aprovada a participação da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM, na Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A. com o consórcio de empresas Somague – Ediçor S.A., Irmãos Cavaco S.A., Marques S.A. e Eng. Luís Gomes S.A., em que a EML detém 49% do capital social, sendo os restantes 51% das mencionadas empresas;

As Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A. tem por objeto promover a construção, a gestão e a exploração de áreas, equipamentos e infraestruturas de desenvolvimento urbano e de construção prioritárias no concelho de Lagoa; promover a

compra, venda e arrendamento de bens imobiliários, explorar estabelecimentos hoteleiros com e sem restaurantes, explorar parques de campismo e outros locais de alojamento de curta duração, gerir atividades culturais e recreativas, gerir salas de espetáculo e atividades conexas, gerir parques de diversão e outras atividades de espetáculos, gerir instalações desportivas.

Em 10 de dezembro de 2007, foi presente à reunião da Câmara Municipal de Lagoa o Contrato - Programa a celebrar entre o Município de Lagoa – Açores e a EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM para submissão e respetiva aprovação da Assembleia Municipal de Lagoa que o aprovou na sua sessão ordinária do dia 28 de dezembro de 2007, data em que ficou definido que a CML apoiaria financeiramente a E.M.L. E.M., mediante a transferência de verbas do seu orçamento, em montantes anuais e num prazo de 30 (trinta) anos, para que esta assegurasse a gestão, exploração, implantação e construção de equipamentos, no exercício do seu objeto social.

Um dos equipamentos a assegurar pela EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM, e consequentemente pelas Portas da Lagoa, Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A. é a obra do Tecnoparque. Esta obra engloba a construção do futuro Parque Tecnológico de São Miguel; Em 28 de julho de 2010 foi celebrado um contrato ARAAL de colaboração entre a Vice – Presidência do Governo Regional, a Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia e Equipamentos e a Câmara Municipal de Lagoa, tendo por objeto a concretização do apoio financeiro à obra de Construção das Caves dos lotes L23, L24, L25 e L27 do Parque Tecnológico de São Miguel.

Os lotes L23, L24, L25 e L27 do Parque Tecnológico, têm como objetivo ser cedidos ao Governo Regional para edificar o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação dos Açores, o Centro de Tecnologias de Monitorização e Alertas, o Centro de Formação e Desenvolvimento Tecnológico e o Centro Empresarial de Tecnologias de Informação e Comunicação.

O Tecnoparque do concelho de Lagoa, é uma infraestrutura que está a ser implantada na zona do Pombal, Ilha de São Miguel, Região Autónoma dos Açores e possui uma área de implantação de 202.121,6 m<sup>2</sup>.

Este projeto foi concebido no sentido de impulsionar o desenvolvimento tecnológico, cultural e social do concelho de Lagoa. A divisão dos lotes do Tecnoparque, bem como as respetivas áreas funcionais e operacionais foram criteriosamente planeadas, de forma a estarem em sintonia com as decisões macroestratégias pretendidas para este concelho, alinhadas com as expectativas regionais de desenvolvimento. Este será o primeiro grande pólo de competitividade da Região criado com base em estruturas nucleares de investigação, ligadas, quer à prestação de serviços públicos, quer à dinamização do setor privado. Este projeto

contempla zonas de habitação; comércio e serviços, desporto, zonas de lazer e o Parque Tecnológico de São Miguel.

Para impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico de um concelho como o da Lagoa, considerou-se necessário proporcionar a criação de infraestruturas que possam catalisar este mesmo desenvolvimento. Tendo em conta que este concelho não possui competências locais que possam alavancar estas expectativas de desenvolvimento, a cedência por parte da empresa Portas da Lagoa, S.A. de 4 lotes ao Governo Regional dos Açores, para a criação do primeiro Parque de Ciência e Tecnologia da Região, configurou uma decisão estratégica, tendo em conta a análise dos cenários de macro tendências nacionais e internacionais, de desenvolvimento local de curto, médio e longo prazo, uma vez que o Nonagon - Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel é um projeto sem precedentes na Região Autónoma dos Açores que pretende assumir um carácter estruturante em áreas emergentes no domínio das tecnologias da informação e comunicação.

A construção de parques científicos e tecnológicos impulsiona o crescimento e fortalece o "status" económico das regiões onde se inserem, na medida em que estas infraestruturas atraem empresas conceituadas e profissionais qualificadas, contribuindo para a geração de emprego e de riqueza das comunidades onde estão implantadas, através da promoção de uma cultura de inovação e de competitividade, encorajando as empresas e apoiando negócios baseados no conhecimento.

Os parques tecnológicos são mecanismos consolidados mundialmente como agentes catalisadores do desenvolvimento local e regional, gerando sinergias para a transferência de conhecimento e tecnologia entre os mais distintos agentes, estimulando a geração de produtos e processos inovadores e integrando redes nacionais, internacionais e globais.

Os parques de ciência e tecnologia constituem igualmente instrumentos incontornáveis na agregação e dinamização de parcerias com universidades e empresas. Estas dinâmicas refletem-se ao nível da formação e do emprego qualificado e na oferta de serviços especializados baseados em tecnologias de ponta. Funcionam, assim, como agentes da cadeia de inovação.

A presença de um Parque Tecnológico em qualquer região representa muito mais do que uma simples aglomeração de empresas inovadoras, uma vez que oferece a possibilidade de uma gestão integrada entre ciência e mercado; o trabalho em parceria e em redes nacionais, no caso vertente a Tecnoparques e internacionais, a IASP, capitalizando assim competências a vários níveis e criando um ambiente indutor e facilitador de uma nova geração de empresas.

A cooperação entre as empresas com a universidade e com os centros de pesquisa que irão estar sedeados no "Nonagon", a disponibilidade de capital humano altamente qualificado e a sua integração global são elementos fundamentais e imprescindíveis para dar

sustentabilidade ao processo de desenvolvimento deste concelho, representando uma oportunidade de desenvolvimento ímpar.

A contribuição da empresa Portas da Lagoa, S.A. para o projeto de desenvolvimento Municipal e Regional, assente na sua elevada capacidade de compromisso com o desenvolvimento sustentável do concelho a que pertence está representado precisamente na cedência dos terrenos onde está a ser implantado o "Nonagon".

Os lotes de terreno em causa determinam, de forma irreversível, a localização física de todo o empreendimento, bem como consideráveis somas de investimento por parte do Governo Regional e garantem sobretudo a sua implantação neste concelho.

Trata-se de aproveitar uma oportunidade que se nos afigura única e irrepetível, para proporcionar o crescimento e desenvolvimento do concelho de Lagoa. O projeto do Parque Tecnológico está assente, assim, na criação de uma convergência alargada de propósitos e ações entre os principais agentes de desenvolvimento económico regionais e os agentes locais do concelho, para viabilizar uma maior aproximação, estabelecer vínculos consistentes entre estes agentes e aumentar a cooperação entre o setor produtivo e as Instituições de Ciência e Tecnologia, de modo a fortalecer o sistema regional de inovação.

A construção do "Nonagon" na Lagoa irá igualmente valorizar não só o complexo do Tecnoparque de Lagoa mas todo o concelho. Será um ponto de atração e de convergência de novos interesses, gerando valor nas cadeias de investigação e desenvolvimento, do conhecimento e, em última análise, em toda a cadeia económica.

Em jeito de nota final poderá dizer-se que a estratégia de cedência de terrenos ao empreendimento "Nonagon", por parte da empresa Portas da Lagoa, S.A., para a instalação do Parque Tecnológico, tem como objetivo conquistar:

- Reconhecimento do estatuto de melhor localização para realização de investimento, por beneficiar da proximidade de capital humano altamente qualificado e de infraestruturas técnicas e tecnológicas de ponta;
- Maior visibilidade pelo facto de beneficiar da sua posição estratégica nos fluxos comunicacionais, operacionais, logísticos e comerciais de redes internacionais proporcionadas pelas operações que são comuns aos Parques de Ciência e Tecnologia;
- Maior valorização dos terrenos do Tecnoparque por beneficiar da proximidade de empresas de importância e reconhecimento internacional;
- Condições de atratividade a âncoras empresariais de desenvolvimento científico e tecnológico e empresarial;
- Ganhos indiretos evidentes para todo o complexo nomeadamente ao nível do comércio, da habitação e da dinamização e movimento das infraestruturas desportivas e recreativas;
- Maior concentração de investimento a curto e médio prazo;

- O estatuto de espaço de referência nas rotas internacionais da inovação e do conhecimento;
- Disponibilidade de serviços tecnológicos raros ou não existentes noutros espaços da Região, tais como o serviço de registo de patentes, desenvolvimento de produtos e serviços inovadores e de tecnologia pré competitiva;
- Proximidade a potenciais parceiros de negócios;
- Facilidade no processo de cooperação entre empresas e universidades/centros de pesquisa;
- Acesso a mão de obra altamente qualificada e específica, conforme demanda das empresas instaladas no Tecnoparque;
- Aumento da visibilidade e estatuto das Portas da Lagoa, S.A. por estar ligada a estruturas emergentes de sucesso na gestão de políticas de inovação;
- Maior atratividade para as empresas que pretendem instalar-se no Tecnoparque, pela otimização que o mesmo proporciona no processo de implementação de empresas.

Os benefícios acima referidos são sobretudo de natureza intangível para a Empresa Portas da Lagoa, S.A., detentora legal dos terrenos alvo de cedência neste contrato. Esta cedência constitui uma oportunidade imperdível de investimento baseado numa estratégia de crescimento a curto, médio e longo prazo.

Em última análise a empresa tem como objetivo principal o desenvolvimento do concelho de Lagoa e esse desenvolvimento será precisamente uma das consequências principais da sedeação do Parque Tecnológico neste concelho, uma vez que a sua atividade resultará direta e indiretamente, no desenvolvimento do mesmo.

Por tudo isso, está justificada a decisão em não ter suspenso o projeto com as consequências que daí adviriam para o município.

O Governo Regional já lançou o concurso público para a construção do primeiro e maior edifício do parque Tecnológico, que representa um investimento superior a dez milhões de euros.

Por fim, e para memória futura, devo recordar que estávamos em setembro de 2009, a queimar os últimos argumentos para a campanha eleitoral e eis que numa manhã solarenga de outono, surgem na rotunda do Tecnoparque uns “outdoors” da campanha do PSD a promover um doce de amora dos silvados do Tecnoparque.

Era uma crítica do PSD ao facto das obras prometidas, ainda na gestão do Engº Martins Mota, não terem avançado. Hoje temos um cenário bem diferente. É obvio que não esperaríamos que a oposição do PSD viesse agora congratular-se por tal obra. Mas não aprovar as contas que permitiram que a obra fosse realizada é de facto estranho e incoerente.”

O Deputado Municipal Pedro Monteiro referiu que o Tecnoparque certamente irá ficar nos anais da história. Espera que daqui a doze anos, se estiver vivo e o parque estiver a



funcionar bem, irá propor o nome do Eng<sup>o</sup> João Ponte para denominação de uma rua do concelho.

Acrescentou que em altura de crise, em vez de se ter cedido 4 lotes ao Governo Regional poderia ter sido efetuado outro negócio, de modo a angariar algum dinheiro. Para quem vai fazer um edifício de dez milhões de euros, se tivessem dado meio milhão de euros pelos 4 lotes, teriam ficado todos mais felizes.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não trabalha com a intenção de vir a ter um nome de rua. Quanto à questão dos terrenos, a autarquia tem que assumir compromissos que transitaram de anteriores mandatos, nomeadamente a cedência dos terrenos para a instalação da ciência e tecnologia e foi dentro deste princípio que a Câmara Municipal fez essa cedência. O que é mais importante é o que o investimento poderá proporcionar em termos futuros e isso só o futuro o determinará.

Acrescentou que os parques para vingar precisam pelo menos de quinze anos de existência, pelo que, daqui a quinze anos havemos de falar.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PONTO N.º 6 – TOMAR CONHECIMENTO DOS DOCUMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS, NOS TERMOS DA PORTARIA N.º 474/2010, DE 1 DE JULHO:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foi presente o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidados, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei das Finanças Locais e da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, elaborado pela Sociedade Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PONTO N.º 7 – APROVAÇÃO DA 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012:**

Pela Câmara Municipal foi presente a 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Criação da Receita:

Saldo da gerência anterior

160101 – Na posse do Serviço – 169.457,00 €

Criação da Despesa:

0102-010212 – Indemnizações por cessação de funções – 3.856,00€

Inclusão de novos projetos:

0202 Obj/Prog – 0102 07010406 – Construção de Instalações Sanitárias no Porto dos Carneiros e Construção de Armazém de Apoio às Atividades Marítimas no Portinho de São Pedro – 80.000,00€

0202 Obj/Prog – 0103 080701 – Transferência para o Clube Náutico – Apoio à Construção de Instalações Sanitárias no Porto dos Carneiros e Construção de Armazém de Apoio às Atividades Marítimas no Portinho de São Pedro – 1,00€

0501 Obj/Prog – 0102 110299 – Outras Despesas – 400,00 € - Devolução de valor referente a contrato de promessa de compra e venda;

11 Obj/Prog.- 0102070109 – Aquisição de equipamento administrativo – 600,00 € - mobiliário

Reforços:

0102 020121 – Outros Bens – 84.600,00 €.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a presente revisão orçamental resulta do saldo do final do ano, procedendo-se ao acerto de algumas contas, tal como se encontra devidamente explicado na proposta que foi presente à reunião de Câmara e que posteriormente foi enviada à Assembleia Municipal.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que tinha uma dúvida quanto à rubrica “Indemnizações por cessação de funções” e questionou se a mesma teria a haver com a obrigação de redução de pessoal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, face à alteração orgânica que a Câmara Municipal efetuou, a Chefe de Divisão que deixou de exercer aquelas funções tem direito de acordo com a legislação, a uma indemnização.

Foi pela Senhora Presidente da Assembleia posta à votação a 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com uma abstenção do membro Pedro Monteiro, dos vinte e três membros presentes:

**1º** Aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 169.457,00 (cento e sessenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e sete euros) na receita e despesa total, sendo € 88.456,00 (oitenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e seis euros) de despesas correntes e € 81.001,00 (oitenta e um mil e um euros) de despesa de capital, de acordo com o que preconiza a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;

**2º** Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362 de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

**3º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

**PONTO N.º 8 – TOMAR CONHECIMENTO DO PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:**

Sobre o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores, foi presente pela Câmara Municipal a informação, acompanhada dos relatórios de execução referentes ao ano de 2011, com os exemplos de riscos e exemplos de medidas, elaborados pelos responsáveis dos respetivos Serviços: Contratação Pública; Concessão de Benefícios Públicos; Urbanismo e Edificação; Recursos Humanos e Gestão Financeira.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o referido plano foi presente à reunião da Câmara Municipal e enviado à Assembleia Municipal para conhecimento. Os serviços produzem anualmente um relatório em relação ao cumprimento ou não deste plano, bem como, em relação aos riscos que existem, tendo-se registado este ano uma evolução positiva.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO N.º 9 – TOMAR CONHECIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2011:**

De acordo com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, foi presente pela Câmara Municipal o Relatório de Avaliação de 2011.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que foi também elaborado um relatório com base no cumprimento ou não do Estatuto do Direito à Oposição, que também foi presente à reunião da Câmara Municipal e enviado à Assembleia Municipal para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## **PONTO N.º 10 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO DE LAGOA:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Regulamento Municipal do Banco Local de Voluntariado de Lagoa, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 45, de 2 de março de 2012, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que este processo já foi iniciado há algum tempo e foi concebido por entenderem ser importante criar um Banco Local de Voluntariado, com determinados princípios e regras.

Numa fase inicial irá permitir que as pessoas interessadas se registem no Banco Local de Voluntariado, através de uma entrevista que consiste em verificar as aptências e competências das mesmas. Quando houver necessidade de alguma Instituição para um determinado tipo de voluntariado o sistema será ativado.

Neste momento o que está é causa é a aprovação dessa proposta de regulamento, de modo a que o mesmo possa entrar em funcionamento o mais breve possível, face à situação atual que todos estamos a passar.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes:

**1º** Aprovar a proposta de Regulamento Municipal do Banco Local de Voluntariado de Lagoa, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **PONTO N.º 11 – APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do novo Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, acompanhada da seguinte informação:

“Considerando a recente reorganização da estrutura orgânica do Município de Lagoa e a necessidade de compatibilizá-la com os dados do Balanço Social e os dados do SIAL a fornecer mensalmente e trimestralmente à DGAL, proponho que seja presente à reunião de câmara, para aprovação, o novo mapa de pessoal.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Câmara Municipal de Lagoa não está obrigada às reduções que estão previstas no Orçamento de Estado, mas foi entendimento proceder a essa redução. Assim, foi reduzido o número de Chefes de Divisão de quatro para duas, o que equivale a uma redução de 50%, originando uma estrutura mais leve e com ligações, quer entre funcionários e as chefias, quer entre as chefias e o órgão executivo muito mais simples.

Também existe uma maior responsabilização das chefias e dos funcionários, porque antes haviam chefias que não estavam preenchidas, o que obrigava o órgão executivo a falar com vários funcionários ao mesmo tempo. A Câmara Municipal da Lagoa tem um executivo muito pequeno, aliás dos mais pequenos dos Açores ou quem sabe do país, para uma Câmara com essa categoria.

A referida alteração tem vindo a melhorar a otimização dos serviços, que já se faz sentir e se vai sentir ainda mais no futuro.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira informou que gostaria de colocar algumas questões, nomeadamente quantos funcionários estão no quadro e a contrato a termo certo na Câmara Municipal; quantos funcionários ao abrigo dos programas PROSA e CTTS, se os mesmos programas são anuais e quais as categorias destes funcionários.

O Senhor Presidente informou que os funcionários do quadro são cerca de 123 e neste momento não temos nenhum contrato a termo certo. Ao abrigo dos programas PROSA e CTTS temos cerca de 70 funcionários. Esses programas são elaborados por períodos e existem períodos em que há 3 ou 4 candidaturas ao mesmo tempo, nunca é constante.

Quanto às categorias, no programa CTTS existe o Assistente Operacional, o Assistente Administrativo e o Quadro Superior. Dentro destas categorias o maior número de contratos é de Assistentes Operacionais, enquanto que no programa PROSA são todos Assistentes Operacionais.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira acrescentou que também gostaria de saber quantos funcionários possui a Empresa Municipal de Lagoa.

O Senhor Presidente informou que o quadro de colaboradores em 31 de dezembro de 2011 era composto por 30 colaboradores. Para além desse número existe 16 funcionários independentes, 16 trabalhadores inseridos no programa PROSA e 10 trabalhadores em programas de estágio, o que perfaz um total de 72 funcionários. Dos 30 funcionários do quadro alguns são da Câmara Municipal e foram destacados aquando da delegação de competências, sendo remunerados pela Empresa Municipal.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira questionou ainda se esses funcionários continuam com o mesmo estatuto.

O Senhor Presidente esclareceu que os referidos funcionários continuam a ter as mesmas regalias, a Empresa Municipal tem um regime de horas diferente, trabalham 40 horas semanais enquanto que os trabalhadores que pertencem à Autarquia trabalham apenas 35 horas semanais.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes:

**1º** Aprovar a proposta apresentada do novo Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, nos termos da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **PONTO N.º 12 – TOMAR CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA:**

Pela Câmara Municipal foi presente o relatório de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa (CPCJ), referente ao ano de 2011.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa vai enviar formalmente o relatório de atividades à Assembleia Municipal e virá apresentar o mesmo aos membros desta Assembleia Municipal.

Informou que, a convite da responsável da comissão, visitou as instalações e solicitou às Técnicas que elaborassem uma síntese para ser presente à reunião da Câmara Municipal e posteriormente à sessão da Assembleia Municipal.

Referiu que a situação de algumas dessas pessoas é verdadeiramente preocupante, mas é necessário continuar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido junto dessas famílias, de modo a continuar a melhorar aqueles indicadores, que são, na sua opinião, de facto preocupantes.

Gostaria de deixar uma nota de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela referida Comissão ao longo desses anos.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira informou que faz parte da Comissão Alargada da Comissão de Crianças e Jovens de Lagoa, pelo que, se sentia na obrigação de deixar o seu testemunho sobre essa matéria.

Na referida Comissão existe a Comissão Alargada e a Comissão Restrita, sendo que, fazendo parte da Comissão Alargada não faz a mínima ideia do que se passará na Comissão Restrita e

confessou que no ano passado votou contra o relatório porque não teve atempadamente conhecimento do conteúdo do mesmo, tendo este ano votado a favor por “mais vergonha do que vontade”. Informou ainda que solicitou cópia do referido relatório, o qual até à data ainda lhe foi facultado.

Esclareceu que com esse testemunho não quis dizer que as Técnicas trabalham mal, mas sentiu-se na obrigação de o fazer, atendendo que faz parte da Comissão Alargada da Comissão de Crianças e Jovens de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **DEPOIS DA ORDEM DO DIA:**

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que gostaria de deixar registadas duas notas:

**1ª** O número de idosos que usufruem atualmente do cartão de idoso são de 223 idosos;

**2ª** Conselho Local de Segurança (designação dos membros) questão colocada pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira que não se recordava deste assunto ter sido discutido em Assembleia Municipal no presente mandato, informou que o projeto de regulamento do Conselho Municipal de Segurança foi presente na reunião de câmara de 18 de setembro de 2006 e aprovado na Assembleia Municipal de 13 de setembro de 2007, na qual foram designados os cidadãos de reconhecida idoneidade: Prof. Eduino Rego, Engº Martins Mota e João Manuel Ponte. Mais informou que a legislação não obriga que em todos os mandatos os seus membros sejam eleitos, de qualquer forma a Assembleia Municipal é soberana e se entender fazer nova nomeação poderá fazê-lo.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que esses membros não são os representantes da atual Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente informou que concorda, em parte, com o Deputado Municipal Roberto Oliveira e acrescentou que vai articular com a Senhora Presidente da Mesa para que numa próxima sessão sejam votados novos membros para a referida comissão.

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal Vasco Garcia que referiu que o Senhor Presidente disse ter por si grande consideração e estima e gostaria de registar que esse sentimento é recíproco, mas que a política tem dessas coisas e por vezes nas Assembleias Municipais os ânimos podem ficar mais exaltados.

Gostaria de esclarecer que há pouco fez uma conta de dividir que estava errada e os erros têm de ser corrigidos. Quando dividiu 3,3 milhões de euros por 60 milhões de euros daria 5,5% e não 0,5%, pelo que, as “contas de fugir” a que se referia o Dr. José Sanbento são na ordem

dos 5,5% dentro das dívidas a fornecedores, sendo assim, verifica-se que as contas da Câmara Municipal de Lagoa estão mais ou menos ao mesmo nível.

Acrescentou ainda que o que estranhou e é isso que quer deixar claro, foi o título do artigo. É verdade que estamos em campanha eleitoral, mas dizer que a taxa de endividamento a fornecedores a 5%, 6% e 7% são “contas de fugir” é de um exagero brutal.

O seu voto contra as contas não quer dizer que houve uma gestão negligente por parte da Câmara Municipal, mas é o terceiro ano consecutivo que o Grupo Parlamentar do PSD tem alertado que seria bom que as previsões para as dotações estivessem tão perto quanto possível daquilo que será possível executar.

Embora se tenha verificado uma melhoria, porque esta se tem verificado desde o ano de 2008, a verdade é que continuamos com uma taxa de execução média, na ordem dos 70% e no plano plurianual é inferior a essa percentagem, na ordem dos 41%.

Quanto às Portas da Lagoa referiu que não foi um voto desfavorável à sua gestão, foram as parecerias público-privadas, oitenta e oito que se realizaram desde há alguns anos até agora, sendo que oitenta foram criadas em governo do PS, que levaram Portugal à situação em que o mesmo de encontra. Não quis dizer com isso que não deva haver parcerias público-privadas e a existirem devem ser justificadas e bem geridas, de modo a alcançar bons resultados. É um alerta que não pôde deixar de registar nessa sessão da Assembleia Municipal.

#### **PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

A Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de intervenção aberto ao público, fixando para o efeito o período de 30 minutos, não se tendo verificado nenhuma intervenção.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e cinquenta minutos foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal que desejou boa noite a todos e para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---